

Economia - Brasil

No fio da navalha é preciso ter paciência

Numa semana dominada por um clima de forte tensão nos meios econômico-financeiros, em virtude da onda infernal de boatos sobre a iminência de um novo choque contra a inflação, coube ao ministro Mafíson da Nóbrega, com a sua costumeira clareza, fazer as declarações mais sensatas e tranquilizadoras: "Eu nunca prometi milagres. Sempre disse que o combate à inflação deve ser acompanhado de combate ao déficit público. Isso leva tempo. É preciso ter paciência, e nós estamos no fio da navalha". E para sair do fio da navalha, acrescentou o ministro da Fazenda, é necessário que o governo se veja livre de "fatores externos" que atrapalham a política econômica, entre eles os rumores a respeito de um novo pacote.

É verdade que ao falar em fatores externos o ministro da Fazenda foi até muito gentil, pois não levou em consideração as pressões feitas por influentes setores políticos do governo que ainda não desistiram da tentativa de convencer o presidente da República a sucumbir à tentação de um choque a la Argentina ou, no mínimo, à aplicação do redutor da indexação proposto pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen. Mas tudo isso não passa de manobras típicas de políticos interessados apenas em suas carreiras e nos efeitos eleitorais de medidas dessa natureza, porque inflação se combate mesmo com medidas de política fiscal (leia-se contínua redução do déficit governamental) e de política monetária.

Naturalmente, ainda que a política econômica esteja na direção correta, como é o caso do programa que está sendo executado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, há sempre um tempo entre a adoção das medidas e o aparecimento dos efeitos desejados, isto é, a queda efetiva da inflação. Ademais, ninguém deve esquecer que esses dois ministros estão tentando reduzir para 4% do PIB um déficit que facilmente chegaria aos 7 ou 8% do PIB. E, mesmo que a meta de 4% do PIB para o déficit público deste ano seja alcançada, ainda estaremos com um forte desequilíbrio em nossas finanças públicas, pois esse nível de déficit corresponde a 36,6% do PIB em termos nominais.

Como se sabe, o déficit de 4% do PIB esperado até dezembro está sendo medido no conceito operacional, que exclui os efeitos das correções monetária e cambial das dívidas interna e externa do setor público. Se esses efeitos fossem contabilizados, chegar-se-ia ao déficit nominal, que, como foi prometido ao FMI, será de 36,6% do PIB. Ou seja, um déficit de enorme magnitude. Este é o motivo que levou o ministro João Batista de Abreu a declarar em Belo Horizonte, nesta quarta-feira, que ainda não é o momento de aplicar um novo choque na economia brasileira, a fim de eliminar o componente inercial da inflação, porque há uma forte pressão de causas primárias da inflação — o déficit fiscal.

Nessas condições, apesar das opiniões em contrário, um novo choque somente faria sentido se o problema do déficit estivesse resolvido, o que em absoluto não é o caso. Assim, o ministro do Planejamento tem toda razão quando afirma que a medida de maior importância que está sendo tomada pelo governo é o orçamento da União para 1989, do qual foram suprimidos cerca de dois mil programas, que serão transferidos aos Estados e municípios, em razão da nova Constituição, que retira 17% das receitas da União.

"O empenho do governo é o de conseguir um mínimo de equilíbrio fiscal", disse Abreu, indicando que o governo se prepara para um nível maior de austeridade no próximo ano, quando o déficit público, medido pelo conceito operacional, não poderá ultrapassar os 2% do PIB. E para aqueles que ainda duvidam da seriedade com que os ministros do Planejamento e da Fazenda estão se dedicando a essa tarefa, que, sem exagero, é o único caminho que pode conduzir, no longo prazo, a uma vitória contra a inflação, basta verificar os resultados desse esforço no primeiro semestre deste ano, quando o déficit operacional foi de 1,09% do PIB, em comparação com um déficit de 1,79% do PIB no ano passado. Medidos pelo conceito nominal, esses déficits foram, respectivamente, de 9,37% e 12,61%. Portanto, apesar do ruído feito pelos irresponsáveis de sempre, está provado que a política de austeridade começa a produzir os seus primeiros resultados.

Mesmo assim o tamanho do rombo é considerável. O déficit operacional de 1,06% do PIB nos primeiros seis meses de 1988 foi causado por gastos excedentes (isto é, que precisaram ser financiados) da União no valor de Cz\$ 516,8 bilhões (0,63% do PIB); dos governos estaduais e municipais, Cz\$ 198 bilhões (0,24% do PIB); das empresas estatais, Cz\$ 127,3 bilhões (0,16% do PIB); e da Previdência Social, Cz\$ 62,5 bilhões (0,08% do PIB). Ao todo, o déficit foi de Cz\$ 871,5 bilhões, pois houve superávit de Cz\$ 33,1 bilhões nas agências descentralizadas (IBC, IAA etc).

Cabe lembrar que neste segundo semestre o governo terá de fazer um esforço considerável para manter o déficit em 4% do PIB, pois não contará com o benefício para as contas públicas da suspensão do pagamento da URP por dois meses aos funcionários públicos e ao pessoal das empresas estatais (ainda sujeita a decisão do Supremo Tribunal Federal que poderá elevar a despesa de pessoal nos próximos meses). Além desse fator, o governo sofrerá as inevitáveis pressões políticas em virtude das eleições municipais de novembro (e quem pode garantir que essa onda de boatos prejudicial ao trabalho sério dos ministros Mafíson da Nóbrega e João Batista de Abreu já não fazem parte dessas pressões?).

Não temos a menor dúvida de que se o presidente Sarney continuar prestigiando os ministros Mafíson da Nóbrega e João Batista de Abreu, mais cedo do que se pensa aparecerão os efeitos dessa política austera sobre a inflação e, sobretudo, sobre a confiança dos agentes econômicos, que logo começarão a redefinir suas expectativas inflacionárias. Aos poucos, estamos seguros, será criado um clima favorável à volta dos investimentos privados, que deixarão de ser inibidos pelas necessidades de financiamento do setor público.

Tudo o que os ministros da Fazenda e do Planejamento precisam neste momento é de apoio do resto do governo e da sociedade, para que seja vencido esse período mais difícil que nos separa das primeiras vitórias contra o processo inflacionário. Elas poderão demorar e ser relativamente pequenas na fase inicial, mas serão vitórias reais e não simples tréguas de alguns meses conseguidas apenas pelo artifício do congelamento, como aconteceu no Plano Cruzado e no Plano Bresser, que não passaram de dois grandes engodos.

JORNAL DA TARDE
5 AGO 1988

886109V 5